

O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A ARTICULAÇÃO COM A BNCC

Priscila de Souza Costa Couto
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
priscilasccouto@gmail.com

Lucilia Augusta Lino
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
prof.lucilia.uerj@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta investigação em curso, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cujo objetivo principal é analisar como o Programa Institucional de Residência Pedagógica (PIRP) se insere na materialização da política de formação de professores implementada pelo Ministério da Educação (MEC) nos últimos quatro anos. Buscamos compreender quais concepções de formação essa política representa e com quais projetos políticos se relaciona, bem como quais os desafios postos à formação de professores no Brasil em um cenário de desmontes e retrocessos educacionais e políticos. Focaremos no contexto da prática, tendo como estudo de caso a implantação do PIRP, em duas universidades federais, localizadas no Rio de Janeiro.

Para esta análise, utilizamos a abordagem do ciclo de políticas públicas, formulada por Stephen Ball (1994) e colaboradores, por considerarmos que esse referencial nos permite explorar a natureza complexa da política, ressaltando a atuação dos agentes locais. Entendemos ser possível investigar a contribuição do PIRP para a formação inicial dos licenciandos e para a formação continuada dos professores, segundo as avaliações dos sujeitos envolvidos e o cotejamento de dados do programa.

O PIRP, instituído em 2018 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), objetiva induzir a reformulação prática das licenciaturas e promover adequação dos currículos de formação inicial de professores à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o desenvolvimento de projetos de formação que fortaleçam o campo da prática (CAPES, 2018).

O PIRP lançou seu primeiro edital em março de 2018 e o segundo em janeiro de 2020. O programa começou a ser implementado em um cenário social e político de crescimento das ideias neoliberais e avanço do conservadorismo no país, após o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016. Nesse cenário, vemos a aceleração de um conjunto de reformas relacionadas a uma concepção de educação baseada na defesa do livre mercado, em que a qualidade da educação depende da inserção de escolas, professores e estudantes em um mercado concorrencial, sem interferência do Estado, designadas de “reformas empresariais da educação” (FREITAS, 2018).

A BNCC E A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO

As novas políticas retomam as concepções das reformas de caráter tecnicista iniciadas na década de 1990. De acordo com Luiz Carlos de Freitas (2012), o tecnicismo é retomado como uma “teoria da responsabilização” na qual se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de padrões ou expectativas de aprendizagem medidas por testes. Em conjunto, há uma ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola e no discurso meritocrático. “Este neotecnicismo se estrutura em torno a três grandes categorias: responsabilização, meritocracia e privatização.” (FREITAS, 2012, p. 383).

O conjunto de reformas educacionais que vêm sendo implementadas constroem consensos em torno da centralidade da educação, ao mesmo tempo em que precarizam as condições de trabalho e a formação docente, impondo novas formas de controle na gestão educacional, adoção de critérios meritocráticos, políticas de padronização curricular e adoção de sistemas de avaliação, baseados em exames censitários de larga escala, com foco na concepção neoliberal de Estado.

No âmbito da formação de professores, a BNCC constitui-se no “carro-chefe” das políticas educacionais, estabelecendo relação com várias iniciativas (FREITAS, 2018), tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial de Professores da Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), instituídas pela resolução CNE/CP nº 2, de dezembro de 2019. Estas ações promovem a redução de áreas de fundamentos da educação em favor de disciplinas práticas e de gestão, com base em um princípio de que há muita teoria e pouca prática nos cursos de formação.

Para Lopes de Freitas (2018, p. 517), a residência pedagógica, bem como essas outras iniciativas agem na “direção de controle da BNCC em sua implementação na escola e pelas instituições formadoras”, materializando uma flexibilização da formação e uma descaracterização da profissão docente. A ênfase na didática, em metodologias e práticas de ensino, ao mesmo tempo em que reduz a formação teórica aponta para uma formação aligeirada, baseada no conceito de competências como paradigma formativo, transformando os profissionais da educação em tutores práticos da BNCC.

A proposta de uma residência pedagógica já vinha sendo debatida em projetos de lei que não chegaram a ser implementados. Ainda que com pouco aprofundamento teórico, as propostas tinham em comum o entendimento da residência como uma fase posterior à formação inicial do profissional. A proposta do PIRP, apresentada pela CAPES, coloca a residência como programa de formação inicial, preconizando uma formação em serviço ao longo da graduação, destacando a preocupação com a formação prática para o trabalho.

Ao analisar os dois editais do PIRP, percebemos que ambos enfatizam a dimensão prática do aprendizado profissional, mas a vinculação com a BNCC fica mais explícita no segundo, passando a exigir que os projetos institucionais das instituições de ensino superior (IES) apresentem estratégias de articulação da BNCC com os conhecimentos das áreas dos subprojetos. O novo edital inclui nos indicadores de seleção um critério que avalia aderência à base como análise de mérito. Esse novo critério é adicionado com o mesmo peso da experiência e da qualificação da equipe docente da IES na formação de professores (CAPES, 2020). A nova análise por mérito representa, ainda, o dobro do valor dos outros indicadores que já constavam no edital de 2018, com pequenas diferenças. Tal mudança, além de forçar o alinhamento à BNCC, evidencia uma distribuição muito mais subjetiva dos recursos, favorecendo o uso da política de formação como um meio de beneficiar aliados políticos e retaliar adversários.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Vemos, nesse cenário, a materialização da reforma empresarial da educação com a intensificação dos processos de centralização e controle social que impõem, no campo educacional, progressivo controle político e ideológico da educação

básica e superior, enfatizando uma equivocada padronização curricular via BNCC, entre outros processos, como a descaracterização dos cursos de licenciatura e o estímulo à privatização (LINO, 2019).

Nossas análises iniciais apontam para uma evidente vinculação do programa de residência pedagógica às reformas empresariais da educação, aceleradas após o golpe de 2016. Ao analisar os editais e outros documentos do PIRP é possível perceber mudanças claras para forçar a vinculação dos projetos pedagógicos das IES às políticas de padronização curricular, bem como a criação de brechas para transferência de recursos públicos para a iniciativa privada e para colocação de estudantes em situação real de trabalho, precarizando a formação e o trabalho docente. No entanto, uma política não se resume ao texto e intencionalidades de seus autores. É necessário, ainda, investigar como o programa está sendo executado e como se dá sua ressignificação no contexto da prática, o que será realizado em fase posterior da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. **Education reform: a critical and post-structured approach**. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1994.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Edital nº 6/2018**. Programa de Residência Pedagógica. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/03052018-edital-6-2018-alteracao-residencia-pdf/view>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Edital nº 1/2020**. Programa de Residência Pedagógica. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012020-edital-1-2020-residencia-pedagogica-pdf/view>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

LINO, L. A. Tempos de crise: cenário atual da educação no Brasil. *In*: LINO, L. A.; NAJJAR, J. (org.). **Planos de educação, democracia e formação: desafios em tempos de crise**. Curitiba: Appris, 2019. p. 17-37.

LOPES DE FREITAS, H. C. L. de. 30 anos da Constituição: avanços e retrocessos na formação de professores. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 24, p. 511-527, nov./dez. 2018. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/912>. Acesso em: 28 abr. 2021.